

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE CONTROLO ORÇAMENTAL

SPMS-SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.

2º TRIMESTRE DE 2019



AB
&
AG

ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
SROC N.º 96 - NIF. 502 585 811 - Capital Social realizado 12.600 €

N.º 726 15/01/2020

RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Nos termos do despacho de 04 de Maio de 2015 de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, que nos nomeou como Fiscal Único Efectivo da SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, adiante designada por SPMS, cumpre-nos apresentar relatório sobre a execução orçamental referida à data de 30 de Junho de 2019.

2 - METODOLOGIA

O Fiscal Único Efectivo procedeu à análise das contas referidas a 30 de Junho de 2019 da SPMS, que se encontram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, que integram o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas. Foi verificada a compatibilidade entre os valores relevados no Balancete Analítico do Razão Geral com os valores constantes no Balanço, na Demonstração dos Resultados Líquidos por natureza e no PAO – Plano de Actividade e Orçamento para 2019.

AB
&
AG

ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
SROC N.º 96 - NIF. 502 585 811 - Capital Social realizado 12.600 €

3 - TRABALHO REALIZADO

Para além do controlo da execução orçamental referida a 30 de Junho de 2019, procedemos a análise crítica das posições financeira (Balanços) e dos resultados apurados (Demonstrações de Resultados), referidos a 30 de Junho de 2019 e 2018. Assim foram feitas:

- 3.1 – Comparação dos valores constantes no Balanço de 30 de Junho de 2019 com os valores do período homólogo do ano anterior.
- 3.2.- Comparação dos valores constantes na Demonstração de Resultados Líquidos por natureza referida a 30 de Junho de 2019, com os valores do período homólogo do ano anterior e com os valores previstos no PAO referente a 2019.
- 3.3– Controlo dos investimentos realizados versus investimentos orçamentados para o exercício de 2019 (grau de execução orçamental dos investimentos).

4 - RELATÓRIO

Como consequência do trabalho desenvolvido e da análise dos Anexos que integram o presente relatório parece-nos conveniente realçar as seguintes conclusões:

4.1. – Balanço (Anexo I)

4.1.1.- O Activo Líquido em 30 de Junho de 2019 é inferior ao do período homólogo do ano anterior em cerca de 10.893.051 euros, o que representa em percentagem um decréscimo de 43,47%. Esta variação negativa resultou de um aumento do Ativo não Corrente de cerca de 3.309.206 euros, em percentagem 107,54%, provocado pela acção conjugada do aumento do Activo Tangível e da diminuição do Ativo Intangível, cerca de 3.538.276 euros e 229.069 euros respectivamente e da diminuição do Activo Corrente em cerca de 14.202.257 euros, em percentagem 64,61%, devido aos decréscimos dos saldos de Clientes, Contribuintes e Utentes, das Outras Contas a Receber, dos Diferimentos e da Caixa e Depósitos Bancários, nos montantes de 7.942.039 euros, 924.171 euros, 941.025 euros e 6.415.805 euros respectivamente, que foram superiores ao acréscimo verificado no saldo do Estado e Outros Entes Públicos, no montante de 2.020.783 euros. **Em conclusão, o activo líquido decresceu de forma significativa, 43,47%, fundamentalmente devido ao aumento do Ativo não Corrente, no montante de 3.309.206 euros e da diminuição do Ativo Corrente, provocada pela diminuição dos saldos de todas as suas contas, com exceção do saldo da conta Estado e Outros Entes Públicos, no montante global de 14.202.257 euros.**

4.1.2.- Relativamente ao Capital Próprio verifica-se uma diminuição em valor absoluto, de Junho de 2019 para Junho de 2018, de cerca de 12.355.826 euros, em percentagem 194,08%, resultante dos acréscimos verificados em todas as rubricas do Capital Próprio, em especial das Reservas, com exceção dos Resultados Transitados e fundamentalmente dos Resultados Líquidos do período, que se apresentavam negativos no montante de

cerca de 13.478.185 euros, enquanto que em Junho de 2018 atingiam cerca de 3.524.049 euros positivos.. Em conclusão, deve referir-se que o total do Capital Próprio diminuiu, atingindo um valor total negativo de cerca de 5.989.348 euros, devido fundamentalmente ao Resultado Líquido negativo apurado no período e à constituição de Reservas originadas pela aprovação das contas dos exercícios de 2010 a 2014. Entendemos chamar a atenção para o facto do capital próprio da SPMS se encontrar negativo o que corresponde a uma situação de falência técnica.

4.1.3. – No que concerne ao Passivo Total registou-se um aumento de cerca de 1.462.775 euros relativamente a Junho de 2018, o que em percentagem representa cerca de 7,83%. Esta variação resultou do aumento do Passivo não Corrente de cerca de 3.931.673 euros, em percentagem 1.166,61%, devido ao aumento do saldo da conta de Provisões e também da diminuição do passivo corrente em cerca de 2.468.898 euros, devido por um lado, ao aumento ocorrido no saldo da conta de Fornecedores e por outro à diminuição de todos os outros saldos do Passivo Corrente.

Em conclusão, pode referir-se que o acréscimo do Passivo Total da SPMS, teve a ver fundamentalmente com o aumento do Passivo não Corrente (Provisões), no montante de 3.931.673 euros e com a diminuição do Passivo Corrente no montante de 2.468.898 euros.

4.2.- Demonstração de Resultados por natureza (Anexo II)

O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA), em 30 de Junho de 2019, negativo no montante de cerca de - 11.969.725 euros era inferior ao do período homólogo de 2018, em cerca de 17.552.014 euros, o que representa um decréscimo de 314,42%. Esta diminuição do EBITDA é explicado fundamentalmente pelo efeito conjugado das variações favoráveis dos Outros Rendimentos e Ganhos, cerca de 261.968 euros e Outros Gastos e Perdas, cerca de 400.577 euros

AB
&
AG

ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
SROC N.º 96 - NIF. 502 585 811 - Capital Social realizado 12.600 €

N.º 726 15/01/2020

e das variações desfavoráveis em Vendas e Prestação de Serviços, cerca de 5.553.026 euros, nas Transferências Correntes e Subsídios à Exploração, cerca de 3.113.014 euros, nos Fornecimentos e Serviços Externos, cerca de 5.012.016 euros, nos Gastos com Pessoal, cerca de 518.522 euros e nas Provisões, cerca de 4.017.982 euros.

Em consequência da redução do EBITDA acima referida, o Resultado Operacional (EBIT) em Junho de 2019, atingia o montante negativo de 13.475.517 euros, inferior ao do período homólogo em cerca de 18.256.286 euros, o que representa um agravamento de 381,87%. O Resultado antes de impostos (RAI), negativo de cerca de 13.475.517 euros também é significativamente inferior ao do período homólogo, em cerca de 18.256.286 euros o que representa em percentagem cerca de 381,87%. Considerando o efeito fiscal de 2.688 euros chega-se a um Resultado Líquido negativo de cerca de 13.478.185 euros em Junho de 2019, contra um resultado positivo de cerca de 3.524.049 euros no período homólogo do exercício anterior. **Como conclusão, deve salientar-se que a degradação muito acentuada do resultado apurado se baseia fundamentalmente na diminuição das Vendas e Prestação de Serviços, Transferências Correntes e Subsídios à Exploração, e nos aumentos dos Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com Pessoal e Provisões.**

4.2.- Execução Orçamental (Anexo III)

4.2.1.- Dos Rendimentos e Gastos

Feita comparação entre os valores anuais orçamentados e os valores reais do período, pode concluir-se que os desvios verificados foram nalguns casos significativos quer relativamente aos rendimentos, quer em relação

aos gastos orçamentados. Com efeito os graus de execução atingidos foram nas Vendas e Prestações de Serviços, 8%, nas Transferências Correntes e Subsídios à Exploração, 33%, nos Fornecimentos e Serviços Externos, 39%, nos Gastos com Pessoal 45%, nos Outros Rendimentos e Ganhos 79% e nos Outros Gastos e Perdas 3%. Assim, em Vendas e Prestações de Serviços, foram realizados cerca de menos 92% do que o orçamentado, o que se explica pelo facto de ter havido muito pouca faturação emitida no âmbito do Contrato-Programa com a ACSS. Em termos de resultados (EBITDA, EBITA, RAI e RL) pode concluir-se que todos apresentam valores negativos, muito inferiores aos valores orçamentados (positivos) fundamentalmente devidos à pouca facturação emitida e ao diferimento de rendimentos, 5,8 M€ relacionados com as transferências correntes, as quais são contabilizadas como rendimentos, aquando do seu recebimento. **Em conclusão pode referir-se que a SPMS realizou uma execução orçamental equilibrada, em termos de recebimentos e pagamentos, ou seja 31.178.086 euros de recebimentos e 29.207.099 euros de pagamentos, sendo que os desvios mais significativos se referem às Vendas e Prestações de Serviços e às Transferências Correntes pelas razões anteriormente referidas.**

4.2.2.- Dos Investimentos (Anexo IV)

Feita análise entre os investimentos orçamentados e os efectivamente realizados até 30 de Junho de 2019, pode concluir-se que do montante anual orçamentado de 6.515.314 euros, foram realizados cerca de 1.139.420 euros, 1.091.650 euros em Equipamento Básico, 44.790 euros em Equipamento Administrativo e 2.980 euros em Outros Investimentos, o que corresponde a um grau de execução orçamental global de cerca de 17,49%.

NOTA FINAL

Por último uma palavra de agradecimento pela boa colaboração e disponibilidade manifestadas pelo Director da Direcção Financeira e demais responsáveis com quem mantivemos contactos profissionais.

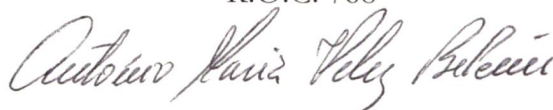
Lisboa, 10 de Dezembro de 2019

O FISCAL ÚNICO

ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES, SROC, LDA.

representada pelo Dr. António Maria Velez Belém

R.O.C. 768

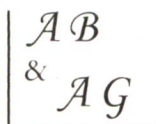


SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE
BALANÇOS

RUBRICAS	JUNHO 2019	JUNHO 2018	VARIAÇÃO	
			Valor	%
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	5 296 427	1 758 151	3 538 276	201,25
Ativos Fixos Tangíveis em Curso				
Goodwill				
Activos intangíveis	1 089 920	1 318 990	-229 069	-17,37
Ativos Intangíveis em Curso				
Participações financeiras - método equivalência patrimonial				
Participações financeiras - outros métodos				
Accionistas / sócios				
Outros activos financeiros				
Activos por impostos diferidos				
Outras contas a receber				
Total Activo não corrente	6 386 347	3 077 141	3 309 206	107,54
Activo corrente				
Inventários	0	0		
Clientes, contribuintes e utentes	509 463	8 451 502	-7 942 039	-93,97
Adiantamentos a fornecedores	0	0		
Estado e outros entes públicos	2 596 655	575 871	2 020 783	350,91
Accionistas / sócios				
Outras contas a receber	1 876 564	2 800 735	-924 171	-33,00
Diferimentos	420 334	1 361 360	-941 025	-69,12
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros				
Activos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos bancários	2 376 354	8 792 159	-6 415 805	-72,97
Total Activo corrente	7 779 370	21 981 627	-14 202 257	-64,61
Total do Activo	14 165 717	25 058 768	-10 893 051	-43,47

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE
BALANÇOS

RUBRICAS	JUNHO 2019	JUNHO 2018	VARIAÇÃO	
			Valor	%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	26 260 689	25 637 140	623 549	2,43
Reservas legais	0	0		
Outras reservas	4 456 980	0	4 456 980	
Resultados transitados	-29 976 319	-28 542 198	-1 434 121	5,02
Ajustamentos em activos financeiros	0			
Excedentes de revalorização	0			
Outras variações no capital próprio	6 747 487	5 747 487	1 000 000	17,40
Resultado líquido do exercício	-13 478 185	3 524 049	-17 002 234	-482,46
Interesses minoritários				
Total do Capital próprio	-5 989 348	6 366 478	-12 355 826	-194,08
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	4 268 690	337 017	3 931 673	1166,61
Financiamentos obtidos				
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0		
Passivos por impostos diferidos	0	0		
Outros passivos não correntes	0	0		
Total do Passivo não corrente	4 268 690	337 017	3 931 673	1166,61
Passivo corrente				
Provisões				
Fornecedores	5 982 709	2 744 580	3 238 129	117,98
Adiantamentos de clientes	0	0		
Estado e outros entes públicos	511 201	1 522 885	-1 011 684	-66,43
Fornecedores de Investimentos	6 076	160 771	-154 695	-96,22
Accionistas/Sócios				
Outras contas a pagar	3 545 375	5 387 375	-1 842 000	-34,19
Diferimentos	5 841 013	8 539 662	-2 698 649	-31,60
Total do Passivo corrente	15 886 375	18 355 273	-2 468 898	-13,45
Total do Passivo	20 155 065	18 692 289	1 462 775	7,83
Total do Capital próprio e do Passivo	14 165 716	25 058 768	-10 893 051	-43,47



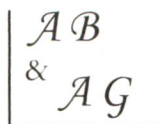
ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
SROC N.º 96 - NIF. 502 585 811 - Capital Social realizado 12.600 €

ANEXO II

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

RUBRICAS	JUNHO 2019	JUNHO 2018	VARIAÇÃO	
			Valor	%
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e prestações de serviços	2 383 831	7 936 857	-5 553 026	-69,97
Transferências correntes e subsídios à exploração	12 270 210	15 383 224	-3 113 014	-20,24
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0		
Variações nos inventários de produção	0	0		
Trabalhos para a própria entidade	0	0		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0		
Fornecimentos e serviços externos	-18 632 143	-13 620 127	-5 012 016	36,80
Gastos com o pessoal	-4 347 325	-3 828 803	-518 522	13,54
Imparidade de inventários (perdas)				
Imparidade de inventários reversões)	0	0		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0		
Provisões (aumentos/reduções)	-4 017 982	0	-4 017 982	
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0		
Reduções de justo valor	0	0		
Aumentos de justo valor	0	0		
Outros rendimentos e ganhos	392 145	130 177	261 968	201,24
Outros gastos e perdas	-18 461	-419 038	400 577	-95,59
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	-11 969 725	5 582 289	-17 552 014	-314,42
Gastos de depreciação e amortização	-1 505 792	-801 521	-704 271	87,87
Reversões de depreciação e amortização	0	0		
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-13 475 517	4 780 769	-18 256 286	-381,87
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0		
Juros e gastos suportados				
Resultado antes de impostos	-13 475 517	4 780 769	-18 256 286	-381,87
Imposto sobre o rendimento	-2 668	-1 256 720	1 254 052	-99,79
Resultado líquido do período	-13 478 185	3 524 049	-17 002 234	-482,46



ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
SROC N.º 96 - NIF. 502 585 811 - Capital Social realizado 12.600 €

ANEXO III

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

CONTROLO EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

RUBRICAS	REAL JUNHO 2019	ORÇAMENTO ANUAL 2019	GRAU DE EXECUÇÃO
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e prestações de serviços	2 383 831	30 846 529	0,08
Transferências correntes e subsídios à exploração	12 270 210	37 379 011	0,33
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0
Variações nos inventários de produção		0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	-18 632 143	-47 760 500	0,39
Gastos com o pessoal	-4 347 326	-9 763 189	0,45
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0	0
Provisões (aumentos/reduções)	-4 017 982	0	-4 017 982
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	392 145	498 359	0,79
Outros gastos e perdas	-18 461	-698 333	0,03
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	-11 969 725	10 501 877	-1,14
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 505 792	-2 810 955	0,54
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-13 475 517	7 690 922	-1,75
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0
Juros e gastos suportados			#DIV/0!
Resultado antes de impostos	-13 475 517	7 690 922	-1,75
Imposto sobre o rendimento	-2 668	-1 961 185	0,00
Resultado líquido do período	-13 478 185	5 729 737	-2,35

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

CONTROLO ORÇAMENTAL - INVESTIMENTOS

RUBRICAS	INVESTIMENTOS JUNHO 2019	ORÇAMENTO ANUAL INVESTIMENTOS	GRAU DE EXECUÇÃO
Activos fixos tangíveis	1 139 420	6 303 932	18,07%
Edifícios e Outras Construções		2 115 000	0,00%
Equipamento Básico	1 091 650	3 810 000	28,65%
Equipamento Administrativo	44 790	323 932	13,83%
Outros Investimentos	2 980	55 000	5,42%
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0		
Activos intangíveis		211 382	0,00%
Software Informático		211 382	0,00%
Ativos Intangíveis em Curso			
Totais	1 139 420	6 515 314	17,49%

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE REVISÃO

SPMS-SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.

2º TRIMESTRE DE 2019



RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Nos termos do despacho de 04 Maio 2015 de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, que nos nomeou como Fiscal único da SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, adiante designado por SPMS, cumpre-nos apresentar relatório da actividade de fiscalização efectuada no segundo trimestre de 2019.

2 - ÂMBITO

O âmbito da actividade exercida teve como quadro o normativo referido no Ponto 1, tendo sido efectuada a revisão legal da SPMS e o exame das suas contas referidas a 30 de Junho de 2019, de acordo com as normas de revisão/auditoria em vigor e com a profundidade que considerámos necessária.

3 - TRABALHO REALIZADO

- 3.1 – Participação em diversas reuniões com a Administração, Director Financeiro e Contabilista Certificado, com o objectivo de recolhermos informação/documentação relativamente à actividade desenvolvida no período;
- 3.2.- Avaliação da adequacidade e consistência das políticas contabilísticas adoptadas, nomeadamente amortizações, provisões, ajustamentos, valorimetria, reconhecimento de gastos/rendimentos e diferimentos;
- 3.3. - Verificação da conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2019, a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas às Demonstrações Financeiras, todas referidas àquela data;
- 3.4.- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte;
- 3.5. - Análise do controlo interno;
- 3.6. - Realização de testes substantivos nas seguintes áreas;
- 3.6.1. - Inventariação e confirmação dos saldos de Caixa;
- 3.6.2. - Análise e verificação das reconciliações bancárias preparadas na SPMS;
- 3.6.3. Confirmação da existência, titularidade e montantes dos Outros Depósitos Bancários/Depósitos a Prazo;



- 3.6.4.- Análise de contas de terceiros, designadamente de Clientes, de Fornecedores e de Outras Contas a Receber e a Pagar;
- 3.6.5.- Análise dos saldos e movimentos contabilizados nas contas de Diferimentos;
- 3.6.6.- Análise da conta de Subcontractos e dos processos de compra mais relevantes;
- 3.6.7.- Verificação dos investimentos/desinvestimentos em imobilizado;
- 3.6.8.- Análise dos critérios e cálculos de amortizações;
- 3.6.9.- Análise dos critérios e cálculos de ajustamentos/provisões;
- 3.7. – Análise das contas de Capital Próprio;
- 3.8. - Verificação documental dos gastos, perdas, rendimentos e ganhos relevantes;
- 3.9. - Verificação da situação fiscal e perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações;

4 - RELATÓRIO

Como consequência do trabalho desenvolvido e das opiniões que temos, parece-nos conveniente realçar os seguintes pontos:



- 4.1.- Nas reuniões havidas com a Administração, Diretor Financeiro e Contabilista Certificado, obtivemos os esclarecimentos e documentos que considerámos necessários.
- 4.2.- A SPMS prosseguiu políticas contabilísticas que nos parecem adequadas e que são consistentes com as utilizadas no exercício anterior. A partir de 01 de Janeiro de 2018 A SPMS adoptou o SNC-AP de acordo com o Decreto-lei 92/2015.
- 4.3. - As Demonstrações Financeiras relativas a 30/06/2019 estão conformes com as Normas Contabilidade Pública (NCP) que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).
- 4.4 – As Demonstrações Financeiras estão de acordo com os registos e documentos de suporte.
- 4.5. - Analisámos o sistema de controlo interno tendo-se concluído que apesar de não existir um Manual de Procedimentos único, é observado um conjunto de normas e procedimentos escritos, Circulares Internas, que asseguram um razoável controlo interno.
- No segundo trimestre de 2019, foram emitidas quatro circulares internas, circular 5/2019 “Divulgação de mapeamento e descrição de processos da DAJC”, circular 6/2019 “Regulamento de utilização de garagem dos edifícios SPMS”, circular 7/2019 “divulgação do Regulamento de utilização de garagem dos edifícios SPMS”, circular 8/2019 “Agendamento condicionado de viagens e alojamento em território nacional nos meses de Maio a Setembro”.
- 4.6. - Relativamente aos testes substantivos realizados salienta-se:
- 4.6.1. - A conta de Caixa encontra-se desagregada em Caixa de Lisboa e Caixa do Porto. Relativamente a 30 de Junho de 2019, a Caixa de



Lisboa apresentava um saldo de 1.174,65 euros e a Caixa do Porto apresentava um saldo de 31,41 euros. Não procedemos à contagem física dos saldos referidos em data próxima de 30 de Junho de 2019, dada a irrelevância material dos mesmos.

- 4.6.2. - Foram obtidas e testadas as reconciliações das contas de depósitos à ordem. Relativamente a 30 de Junho verificavam-se coincidências dos saldos contabilísticos e bancários relativamente às contas 12106 “SPMS DL 209/2015”, 12107 “Centro de Contacto”, 12109 “Projeto e haction” e 12110 “Caução Fundo Imobiliário”. As contas 12101 – IGCP, 12104 “SITAM”, 12105 “Proj Comunitario” e 12109 “Projecto e haction” apresentavam saldos divergentes, tendo sido feita a identificação de todos os movimentos que justificavam a diferença de saldos apurados, não apresentando estes movimentos antiguidades elevadas, tendo sido na sua maioria regularizados em Julho de 2019.

Salienta-se que a SPMS observou integralmente o princípio da unidade de tesouraria do Estado.

- 4.6.3. – Relativamente à conta de Outros Depósitos Bancários, verificou-se que à data de 30 de Junho 2019 a conta 1311 apresentava um saldo de 29.398,76 coincidente com o extracto bancário.
- 4.6.4. – Foi analisada a conta de Clientes relativamente à natureza dos saldos e antiguidades. Não existiam saldos de natureza contrária nem saldos com antiguidades elevadas que justificassem ajustamentos.

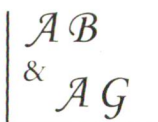
Igual procedimento foi feito para as contas de Fornecedores, que apresentavam um saldo total em 30 de junho de 2019 no montante de cerca de 5.982.709,28 euros, não existindo saldos de natureza contrária nem com antiguidade elevada.



- 4.6.5. - Relativamente às Outras Contas a Receber e a Pagar, foram analisados os saldos das contas Outros Acréscimos de Rendimentos, Acréscimos de Gastos por Natureza do Gasto, Cobranças Taxas Moderadoras a Entregar, nada havendo de especial a relatar. Foram obtidos os extractos e fotocópias dos documentos de suporte mais relevantes, relativos às contas acima mencionadas.
- 4.6.6. - Relativamente a empréstimos bancários obtidos, há a referir que a conta se apresentava saldada, na sequência das liquidações ocorridas no exercício de 2016. Foi feita a confirmação da inexistência de financiamentos bancários através do documento da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, com referência à data de 30 de Junho de 2019.
- 4.6.7. - Relativamente à conta de Diferimentos, analisámos a conta de Gastos a Reconhecer a qual se referia a diversas faturas cujos gastos se referiam ao período seguinte. Foi também analisada a conta de Rendimentos a Reconhecer que se referia aos subsídios já recebidos do Orçamento de Estado mas que só são considerados como rendimentos de acordo com os pagamentos efectuados.
- 4.6.8. - Quanto aos Subcontractos foram analisadas as aquisições mais relevantes do segundo trimestre, os respectivos contratos que se encontram publicados na Basegov e a contabilização das correspondentes facturas, tendo-se obtido fotocópias dos referidos documentos. Verificou-se concordância entre os valores dos contractos e as verbas contabilizadas. Analisou-se também a forma de contratação, tendo-se constatado a existência de um número elevado de aquisições por ajuste directo e ajuste direto simplificado, os quais no entanto respeitavam o estipulado no Código da Contratação Pública.



- 4.6.9. - Procedemos ao controlo documental dos movimentos lançados nas contas de imobilizado, tendo-se obtido listagens e fotocópias dos documentos de suporte mais significativos das aquisições e dos abates efectuados no trimestre.
- 4.6.10. - Relativamente às amortizações a SPMS adopta o método da linha recta e utiliza as taxas de amortização correspondentes aos diversos períodos de vida útil estimada dos bens, lançando mensalmente por estimativa na conta 64 os respetivos valores.
- 4.6.11. - Quanto a Ajustamentos/Provisões no segundo trimestre de 2019 foram anulados 4.018,00 euros referentes a processos que deixaram de existir à data de 30/06/2019. Por outro lado foi constituída uma provisão de 22.000,00 euros resultante da informação prestada pelo advogado da SPMS da probabilidade da mesma ser condenada pelo tribunal de trabalho ao pagamento dessa verba. Foi também constituída outra provisão de 4.000.000,00 referente a um processo judicial em curso com a Iten Solutions (Licenças Microsoft).
- 4.7. - Procedemos à análise das contas de Capital Próprio tendo-se concluído que no segundo trimestre foi transferido da conta de Resultados Transitados – Regularizações o montante de 504.975,55 sendo 495.968,85 euros referentes à revogação da candidatura ao programa Portugal 2020 e 9.006,70 euros referentes à devolução do montante do Prefinancing. Por outro lado na rubrica Outras Variações no Património Líquido verificou-se um aumento de 1.000.000,00 euros referente à transferência de subsídios para aquisição de Activos Fixos Tangíveis ao abrigo do DL 38/2018. Ainda relativamente ao Capital Próprio, deve salientar-se o facto do mesmo em 30 de Junho de 2019 estar negativo, o que corresponde a uma situação de falência técnica.



ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
SROC N.º 96 - NIF. 502 585 811 - Capital Social realizado 12.600 €

- 4.8. - A análise documental dos gastos e rendimentos relevantes do período decorrido até 30 de Junho de 2019 permite concluir que o valor apurado, prejuízo de cerca de 13.478.185,14 euros refletirá apropriadamente o resultado do mesmo. Com efeito, o resultado acima referido foi motivado fundamentalmente pelo acréscimo verificado nas provisões para processos judiciais em curso e pela baixa execução das metas passíveis de serem facturadas ao abrigo do Contrato Programa.
- 4.9. - Controlámos a situação fiscal e perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações da SPMS, tendo podido concluir que todas as situações se encontravam regularizadas, se bem que existissem pequenas diferenças, materialmente irrelevantes.

5 – NOTA FINAL

Por último uma palavra de agradecimento pela boa colaboração e disponibilidade manifestadas pelo Administrador, pelo Director Financeiro, Contabilista Certificado e demais responsáveis com quem mantivemos contactos profissionais.

Lisboa, 10 de Dezembro de 2019

O FISCAL ÚNICO

ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES – SOCIEDADE DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

representada pelo Dr. António Maria Velez Belém

R.O.C. 768